



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

Comunicação Oral

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA PERSPECTIVA DO
USUÁRIO DA INFORMAÇÃO¹**

***QUALITY OF ACCOUNTING INFORMATION FROM THE
PERSPECTIVE OF INFORMATION USERS***

Nelma T. Zubek Valente, USP – UEPG
nzubek@usp.br

Asa Fujino, USP
asa.fujino@gmail.com

Resumo: O artigo discute a qualidade da informação contábil, na perspectiva dos seus usuários. As demonstrações contábeis elaboradas e divulgadas pela contabilidade de acordo com critérios e padrões estabelecidos por órgãos normativos e reguladores, com base na “Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro” caracterizam-se, na Ciência da Informação, como documentos, com dupla função: a) legal, comprobatória de atividades desenvolvidas pela instituição produtora e b) informativa, de interesse para potenciais usuários. Assim, no presente estudo partiu-se do pressuposto que tais publicações, por serem produzidas simultaneamente pelos interessados na sua divulgação e no futuro uso para tomada de decisão pelos potenciais usuários, embutem conflito de interesse e conferem ao produtor o poder de controlar o estoque de informações, o acesso e a disponibilização de dados, sem a preocupação com as necessidades reais do potencial usuário em seus múltiplos contextos de uso. A pesquisa, de natureza exploratória, incluiu um estudo de necessidades de informação de analistas de mercado de capitais representantes de 43 subsetores das empresas listadas na BM&FBovespa. Os resultados confirmam que a assimetria de informação, decorrente da relação conflituosa entre o interesse da instituição provedora de informação e a necessidade de informação relevante para a tomada de decisão por parte dos potenciais interessados, coloca em cheque as possibilidades de adoção das recomendações da própria norma. Apontam também os atributos necessários para que essas informações possam, de fato, contribuir para a melhoria da tomada de decisões. Recomenda-se que tais resultados sejam utilizados pelos órgãos normatizadores a fim de avaliarem se a não adoção dos princípios de qualidade previstos

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

na Estrutura Conceitual se devem à não compreensão dos conceitos presentes na estrutura conceitual da área por parte das empresas, além de propor programas de esclarecimento e capacitação dos que elaboram as demonstrações contábeis.

Palavras-chave: Informação contábil. Assimetria da informação. Estudo de usuários. Qualidade da informação. Ciências Contábeis.

Abstract: This research aimed to investigate qualitative characteristics of accounting information from the perspective of its users. Financial statements are produced and disclosed in accordance with criteria and regulations established by standard-setting and regulatory boards, based on the “The Conceptual Framework for Financial Reporting”, and are characterized, under the perspective of Information Science, as documents with dual function: a) legal, and evidential of the activities developed by the producing institution, and b) informative, interesting to potential users who operate in the capital market. The initial assumption of the present study was that such publications embed evident conflicts of interest between producers and their potential users, securities analysts, who are responsible for recommending investment in stocks, since they render the producer the power to control not only the storage of information, but also the access and disclosure of data, without the concern with the real needs of the potential users in their multiple contexts of use. The research, predominantly qualitative and exploratory in nature, includes a study of user information needs, in which securities analysts representing 43 subsectors of enterprises listed in BM&FBovespa were interviewed. Results confirm that the information asymmetry arising from the conflicting relation between the interest of the institution provider of information and the need for relevant information for decision-making by potential users puts in check the possibilities of adoption of the recommendations of the standard. Results also show the necessary attributes in order to make this information really helpful to decision making improvement. The recommendation is that such results should be used by regulatory boards to assess if the problem of not adopting the quality principles presumed in the Conceptual Framework are due to non-understanding, by the companies of concepts present in the conceptual framework of the area, and propose clarification and training programs for those who create the financial statements.

Keywords: Accounting information. Information asymmetry. Users study. Quality of Information. Accounting.

1 INTRODUÇÃO

Na Ciência Contábil (CC) há consenso sobre a finalidade da contabilidade como provedora de informações úteis para diferentes usuários, concebidos pelo IBRACON (1992) e CVM (1986, p. 1), como “[...] toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar”, e estão divididos estruturalmente em dois âmbitos de localização: usuários internos e usuários externos. Os usuários internos são aqueles diretamente vinculados ao ambiente das entidades em que se localizam, tais como: administradores e empregados, e os usuários externos são aqueles vinculados externamente à entidade, participando dela ou não, tais como: seus investidores, credores, governo, entre outros. Considerando que o usuário interno tem pleno acesso a toda a informação que necessita, o foco

prioritário da contabilidade é no usuário externo. Desse modo, para os usuários externos, as informações geradas pela contabilidade são disponibilizadas pelas empresas por meio das demonstrações financeiras, cuja produção e divulgação seguem princípios, padrões e normas definidas por órgãos normativos e reguladores de informações econômico-financeiras divulgadas para o mercado, a exemplo da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, CFC – Conselho Federal de Contabilidade e CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no âmbito nacional e o IASB – *International Accounting Standards Board*, no âmbito internacional. As normas internacionais de contabilidade vigentes no Brasil, segundo as *IFRS – International Financial Report Standards* está respaldada nos pressupostos defendidos pelo IASB, enquanto órgão internacional, que sempre buscou a convergência entre as normas dos diferentes países, de modo a estabelecer um conjunto de padrões para a produção e divulgação das demonstrações financeiras. Além disso, o conceito de utilidade da informação para o usuário na Ciência Contábil é determinado por características denominadas como qualitativas contidas nas demonstrações contábeis e relacionadas ao CPC00_R1 e Resolução CFC 1.374/11 “NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro” que norteiam a produção e divulgação das informações. Tais características são definidas e contextualizadas sob o ponto de vista do produtor da informação e partem do pressuposto que atendem as necessidades de informação do usuário.

Contudo, embora as diretrizes propostas mencionem a utilidade da informação para o usuário, as próprias normas estabelecidas pela CC admitem explicitamente que os critérios de divulgação das informações contábeis “[...] não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.” (Resolução CFC n. 1.374/11, p.4). Essa condição ressalta a relação intrínseca que existe na CC entre o ofertante de informação e o potencial usuário dessas informações, com suas especificidades, conforme Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), para quem a Contabilidade tem a sua faceta prática importante por servir como instrumento de *accountability*² de avaliação da entidade e de seus gestores, da prestação de contas destes e como insumo básico para a tomada de decisões dos agentes econômicos, tanto internos quanto externos à entidade.

² Para Levy (1999) *accountability* é a obrigação que alguém tem de prestar contas ao assumir responsabilidades perante outrem. Segundo Nakagawa, Relvas e Dias Filho (2007), a *accountability* de uma organização tem início com a contabilização [...] escrituração por partidas dobradas das atividades e das transações realizadas [...] e termina com as informações e as comunicações geradas pela Contabilidade (*accounting*) sobre o desempenho econômico-financeiro do negócio e suas consequências futuras, em termos de fluxos de caixa. Segundo os autores, pode-se dizer que a *accountability* é o que distingue a contabilidade de outros sistemas de informação, sendo, portanto, a espinha dorsal da Contabilidade.

No entanto, na perspectiva da Ciência da Informação (CI), o fato de os sistemas de informação contábil serem concebidos para priorizarem a oferta de informação de acordo com o interesse do ofertante cria um conflito de interesse em relação ao usuário, principalmente o externo, e põe em cheque, as políticas de governança corporativa das empresas. Assim, também as características consideradas qualitativas da informação contábil podem ser questionadas quando vistas da perspectiva da utilidade para o usuário, uma vez que o sistema de informação contábil não o considera como protagonista, mas apenas como agente passivo do sistema econômico-financeiro. Embora o sistema de informação contábil tenha como base o conceito de transparência para o usuário, nota-se preocupação maior com a publicização dos dados sem contextualizá-los, o que dificulta a compreensão pelo usuário. Além disso, o usuário lida também com problemas de compreensibilidade e confiabilidade (LEHAVY; LI; MERKLEY, 2011), em função da falta de garantia em relação à fidedignidade das informações contábeis. Especialmente em se tratando de informações contábeis públicas (de companhias abertas) tratadas neste estudo, tais problemas poderiam ser amenizados em decorrência do papel desempenhado pelas auditorias independentes. Mas, também nesse quesito observa-se potencial conflito de interesse entre as auditorias e as companhias, uma vez que são estas que contratam e pagam o auditor. E, a despeito da existência de um código de conduta para a atividade da auditoria e procedimentos normativos e legais para o desenvolvimento de tais atividades, nada garante que esse conflito de interesses seja totalmente eliminado. Complementarmente, embora os princípios e normas de contabilidade determinem a fiel representatividade das informações em relação ao patrimônio evidenciado, não é possível garantir transparência em um sistema em que o ofertante é o próprio interessado na divulgação e no uso das informações, que poderá significar retorno maior ou menor de investimentos para o próprio ofertante da informação. Assim, neste estudo, trabalhou-se com a hipótese de que o sistema de informação contábil embute conflitos de interesses entre produtor, auditor e usuário da informação, e não atende às necessidades de informação dos potenciais usuários tomadores de decisão e, se concebido de acordo com os princípios estabelecidos pela CI, a partir de estudo de necessidades de usuários em contextos específicos de uso, poderá tornar-se base de um eficaz sistema de governança. Além disso, entende-se que os atributos e dimensões da qualidade da informação que embasam os estudos na CI são fundamentais para analisar e entender as características Qualitativas da Informação Contábil que consubstanciam a qualidade da informação nas Ciências Contábeis.

Além da literatura sobre informação e qualidade da informação na CI, utilizaram-se os pressupostos teóricos de Smit (2003) e Barreto (1994) que propiciam uma reflexão sobre os conceitos de documento e de informação e suas distinções para a Biblioteconomia e para a

Arquivologia. A partir desses pressupostos, entende-se que: a) As Demonstrações Financeiras são elaboradas e divulgadas pela própria instituição detentora das informações atendendo critérios e padrões estabelecidos por órgãos normativos e reguladores (IASB, CPC, CFC, CVM). Deste modo, na perspectiva da CI, caracterizam-se como documentos mais próximos da Arquivística, cuja função é a de comprovar atividades institucionais, sem a preocupação com a função informativa e o potencial de utilização pelos potenciais usuários em múltiplos contextos de uso; b) A concepção do sistema de informação contábil de acordo com os princípios estabelecidos pela CI poderá, de um lado, assegurar tanto o caráter legal e comprobatório das demonstrações contábeis, quanto o caráter informativo aos seus potenciais usuários; c) Cada usuário tem necessidade de informação a partir de contextos específicos de uso, conforme defendido por Fujino (1993) e Barreto (1994) e essas necessidades devem ser mapeadas para a proposição de diretrizes que subsidiem a produção e divulgação de informação contábil com atributos de qualidade que possam contribuir para consolidação de modelos de governança.

No que se refere à abordagem do problema, a presente pesquisa circunscreve-se dentro da abordagem qualitativa que permite não somente descrever determinado problema, mas também analisar e classificar processos, possibilitando assim, segundo Raupp e Beuren (2003) análises mais profundas do fenômeno estudado através da observação de características não contempladas pelo estudo quantitativo. Assim, o estudo foi desenvolvido com o objetivo de a) Identificar e caracterizar os diferentes contextos de uso da informação contábil; b) Identificar as dimensões (em termos de forma e conteúdo) consideradas de qualidade da informação na perspectiva do usuário das Demonstrações Contábeis; e c) Identificar os principais problemas e dificuldades enfrentados pelos diferentes usuários para a utilização das informações presentes nas Demonstrações Contábeis divulgadas. A relevância e importância deste estudo respaldam-se no entendimento de que de acordo com os pressupostos da CI, a simples existência de estoques de informação não garante a apropriação destas pelos usuários e a consequente geração de conhecimento. Esta situação está presente nas Ciências Contábeis, vista sob sua abordagem pragmática, utilitária, em que uma infinidade de “informações” é produzida e disponibilizada (divulgadas) supondo-se atender às necessidades de diferentes usuários ou, pelo menos, de um grupo específico de usuários, porém sempre na ótica do produtor da informação. Nesse sentido, embora a literatura contábil aponte de forma incisiva a importância das informações divulgadas através das demonstrações e relatórios contábeis para a decisão dos usuários, há carência de estudos que permitam compreender divergências e aferir a relevância das informações contidas nas demonstrações contábeis para os diferentes usuários. O conhecimento dos contextos de uso da informação contábil permite identificar dificuldades e as reais necessidades dos usuários para

a utilização das informações contábeis presentes nas Demonstrações Contábeis publicadas. Por outro lado, contribui para melhoria das formas de comunicação entre provedores e usuários e para subsidiar eventuais alterações nas formas de divulgação atualmente adotadas. O conceito de qualidade da informação na Ciência da Informação pressupõe a atribuição de significado à informação pelo usuário e é fundamental para o estudo de relevância da informação para as Ciências Contábeis e poderá contribuir para elaborar informações com maior potencial de adequabilidade às condições de apropriação da informação contábil pelos usuários.

Do universo dos usuários da contabilidade, a população foco do presente estudo foi o grupo de usuários composto pelos Analistas de Mercado e Profissionais de Investimento, sendo priorizados os Analistas de Investimento, por representarem os Investidores. A escolha desse público como os sujeitos da pesquisa foi intencional levando em conta o fato de os Investidores terem sido eleitos como usuários preferenciais da contabilidade também na legislação brasileira, com a adoção das *IFRS – International Financial Reporting Standards*, normas internacionais de contabilidade. Complementa-se a justificativa da escolha por serem os profissionais cujas funções e responsabilidade estão intimamente relacionadas ao uso e produção de informação. O instrumento de coleta de dados incluiu obtenção de informações sobre ações/atividades desenvolvidas por esses profissionais nas diferentes etapas do processo de análise de investimentos. As entrevistas foram realizadas com analistas representantes dos setores das empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa. Buscou-se assim avaliar a relevância e a qualidade das informações contábeis para esse importante grupo de usuários, a partir da identificação do tipo de informação utilizada, fontes e canais utilizados e ainda as barreiras e dificuldades enfrentadas pelos usuários na análise das informações presentes nas demonstrações contábeis, em tomada de decisão em situações específicas. Foi utilizada a técnica de entrevista denominada *Probing Questions*, na qual questões de sondagem são utilizadas para incentivar a conversação sem influenciar a resposta. Para questões abertas utilizam-se dois tipos de sondagem: sondagem para maior clareza ou esclarecimentos, ou para informações adicionais. Assim, foram entrevistados 17 (dezessete) analistas e profissionais do mercado de capitais, representantes dos 43 (quarenta e três) sub setores das empresas listadas na BM&FBovespa. As entrevistas gravadas foram transcritas manualmente e submetidas à análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (1977). Para a determinação dos pontos e aspectos a serem analisados tomou-se por base o roteiro de entrevista semi-estruturada utilizado como norte na condução das entrevistas e aspectos relacionados à compreensão do contexto de uso da informação contábil na atividade do analista do mercado de capitais. Cada entrevistado foi identificado com um número de 1 a 17, quando suas falas são citadas individualmente.

2 A INFORMAÇÃO NAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Segundo Amorim (2007, p.32), “[...] a informação contábil pode ser considerada como aquela que altera o estado da arte do conhecimento de seu usuário em relação à empresa e, a partir de interpretações, utiliza-a na solução de problemas [...]”. De natureza econômico-financeira, física e de produtividade, “[...] a informação contábil tem como consequência a ratificação ou alteração da opinião de seus usuários a respeito das atividades da empresa.” Em alusão aos fundamentos defendidos por renomados autores da literatura das Ciências Contábeis (HENDRIKSEN; BREDA, 1999; IUDÍCIBUS, 2006), Moreira e Colauto (2010, p. 160) lembram que a “Contabilidade, como ciência social, se desenvolve com objetivo de atender às demandas de informação requeridas pelos diferentes tipos de usuários.” Essas demandas são influenciadas pelas mudanças no ambiente onde a Contabilidade está inserida. Segundo a abordagem da Informação e a Teoria Positiva da Contabilidade, dados financeiros e relatórios contábeis têm a sua importância aumentada no contexto de tomada de decisões à medida que as organizações ficam mais complexas. A perspectiva contábil baseada na informação, mais conhecida como *information approach* (abordagem da informação) é assim denominada porque considera a Contabilidade como meio de transmissão de informação vinculada à Teoria da Comunicação. Nessa ótica, a Contabilidade preocupa-se com a utilidade da informação contábil para investidores e outros usuários, um pragmatismo direcionado para a Teoria Positiva da Contabilidade (LOPES, 2002; YAMAMOTO, 2005).

A qualidade da informação nas Ciências Contábeis está desde 2011 respaldada por um conjunto de parâmetros denominado Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil, pertencentes à Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação de Relatório Contábil-Financeiro estabelecida como uma das Normas Brasileiras de Contabilidade de cunho técnico e de orientação geral, denominada NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral, pela Resolução CFC n. 1.374/11 e Pronunciamento Conceitual Básico (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que assim estabelece

[...] as características qualitativas da informação contábil-financeira útil [...] identificam os tipos de informação que muito provavelmente são reputadas como as mais úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial, para tomada de decisões acerca da entidade que reporta com base na informação contida nos seus relatórios contábil-financeiros (informação contábil-financeira) (RESOLUÇÃO CFC n. 1.374/11, p.11)

Nessa Estrutura Conceitual os atributos e dimensões de qualidade da informação,

denominados Características Qualitativas da informação Contábil Financeira-Útil estão subdivididos em dois grandes grupos:

- a) Características qualitativas fundamentais (*fundamental qualitative characteristics* – relevância e representação fidedigna), consideradas as mais críticas;
- b) Características qualitativas de melhoria (*enhancing qualitative characteristics* – comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade), consideradas menos críticas, mas altamente desejáveis.

Existe, portanto, um *framework*, um agrupamento sistematizado, com atributos e características de qualidade da informação claramente definidos e estabelecidos pelos órgãos normatizadores da contabilidade para serem observados pelos produtores quando da elaboração das demonstrações contábeis visando à qualidade das informações geradas e divulgadas. Do ponto de vista da CI não há, contudo, garantia de que tais atributos sejam suficientes para conferir qualidade à informação contábil produzida e divulgada como esperado pelos órgãos normatizadores.

3 CONFLITOS DE INTERESSE E ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO

A assimetria da informação, apontada em vários estudos da Ciência Contábil (LOPES, 2002; YAMAMOTO, 2005; YAMAMOTO; SALOTTI, 2006), tem sua origem na relação conflituosa entre o interesse da instituição provedora de informação e a necessidade de informação relevante para tomada de decisão por parte dos potenciais usuários. Segundo esses autores, muitos conflitos são agravados pela existência de problemas de assimetria informacional, situação em que uma das partes possui mais informação do que a outra. No caso dos conflitos de agência, tais problemas decorrem da separação entre propriedade e controle, e sua solução é buscada por meio da governança corporativa, prática que engloba um conjunto de mecanismos de gestão, incentivo e controle (SILVEIRA, 2002). No entanto, a literatura que trata do assunto é incisiva em ressaltar que tais mecanismos, quando presentes individualmente, “[...] não são capazes de inibir amplamente a ocorrência dos conflitos de agência. Cada um atua em níveis diferentes e de formas específicas para o alinhamento de interesses dentro das organizações.” (SILVEIRA, 2002; ODA, 2011, p.25).

Entretanto, a divulgação de informações, preparadas em conformidade com as normas e princípios contábeis, especialmente no que se refere às características qualitativas das informações contábeis, deveria contribuir para aumentar a credibilidade da empresa perante todos os interessados. Isso decorre do pressuposto de que quanto maior o *disclosure* (abertura de

informações relevantes sobre a empresa) maior a redução da assimetria informacional e, por conseguinte, menor o grau de conflitos de agência e maior a qualidade da governança corporativa (ODA, 2011). Tomando por base a literatura da CI que embasa este estudo, pode-se entender que problemas, desequilíbrios e/ou conflitos poderão ocorrer entre o produtor e o usuário de informação se os pressupostos teórico-metodológicos que devem nortear a concepção de todo e qualquer produto e serviço de informação não forem adequadamente considerados na perspectiva de seus potenciais usuários.

4 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

4.1 PROCESSO DE ATIVIDADE DOS ANALISTAS E FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS

O processo pelo qual os analistas desenvolvem suas atividades compreende a construção e manutenção do modelo de projeção, também denominado “modelagem” ou simplesmente “projeção”. O primeiro ponto é ter acesso à informação fornecida pela empresa, via Balanço Patrimonial. Ao se referirem à atualização do modelo de projeção, a grande maioria dos analistas menciona o uso do *Press-Release* também denominado de “Release de Resultados” como fonte de informação para a atualização do seu banco de dados. É um relatório fortemente embasado em previsões feitas a partir de expectativas da Administração da empresa em relação ao seu desempenho futuro, situação essa que sempre é destacada na parte final do relatório como forma de alertar os usuários sobre a natureza das informações fornecidas e salvaguardar a empresa quanto aos resultados do uso de tais informações para a tomada de decisões. Em relação aos bancos de dados, sistemas e *softwares* utilizados para a captura automática de informações para a alimentação de suas planilhas permanentes do modelo de projeção que utilizam, todos mencionaram a base de dados da Economática e da *Bloomberg*. Alguns mencionaram também a Capital IQ e a *FacSet* um *software* mais sofisticado que permite o *link* entre os bancos de dados com a planilha permanente em Excel do modelo desenvolvido pelo analista. A vantagem desses sistemas e grandes bancos de dados é que além das informações econômico financeiras, há também informações setoriais e balanços ativos.

As principais fontes utilizadas são o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, o Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, cujo teor é descritivo e visa complementar as informações numéricas constantes das demais Demonstrações Contábeis obrigatórias. Complementarmente utilizam o Formulário de Referência (FR), formulário padronizado de acordo com os parâmetros da CVM, Informações Trimestrais (ITR), relatório divulgado trimestralmente pelas empresas e a Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP),

demonstração divulgada anualmente. Mencionaram ainda como fontes de informação para as suas atividades, a própria empresa, o departamento de Relações com Investidores (RI) e ainda a CVM. Contudo, observamos que o fato de a própria empresa ser fornecedora dos dados, traz implícita a necessidade de estabelecer critérios de transparência na publicização desses dados. Um destaque diz respeito ao fato de os entrevistados terem mencionado também a rede de relacionamentos, principalmente outros analistas, as informações veiculadas na imprensa especializada, representantes de outros elos da cadeia onde a empresa está inserida, os principais acionistas, concorrentes, os órgãos setoriais, consultorias especializadas, organismos internacionais e até ex-funcionários, com o intuito de validar as informações públicas disponibilizadas pela empresa pelos diferentes meios, sejam relatórios facultativos ou demonstrações obrigatórias, uma vez que é reconhecido o conflito de interesses entre a empresa e potenciais usuários externos. Tal conflito também está na base das eventuais dificuldades para acesso às informações, pois depende tanto do tipo de investimento que se pretende fazer, se de curto ou de longo prazo, como também do perfil de analista e da empresa para a qual esse profissional trabalha, se gestoras ou corretoras de ações. Após consultar e estudar as informações contidas nas demonstrações e relatórios publicados, o analista ou o investidor procura a empresa para acesso a atas de reuniões, assembleias e demais documentos disponíveis na empresa, para entender as causas dos resultados apresentados e obter informações do que esperar em relação aos resultados futuros e explicações mais adequadas sobre as variações ocorridas. Por outro lado, a falta de informações é vista como decorrência de a empresa ainda não possuir adequado nível de governança corporativa, apesar de seu bom desempenho perante o mercado. Essa inferência pode ser corroborada pela literatura que estabelece relação entre o grau de transparência por parte das empresas que a adotam e maior nível de *disclosure*, de divulgação de informações ao mercado de capitais. Também foi mencionado conflito de interesse no uso do *Press Release* como fonte de informação na atividade de análise. Na percepção dos analistas, o conflito de agência pode ser observado no poder que a administração tem para reforçar positivamente aspectos do seu interesse, uma vez que o referido relatório não passa por auditoria.

4.2 PERCEPÇÃO SOBRE QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

Para os entrevistados, elementos como o Grau de detalhamento das informações, Grau de cobertura de temas, capacidade das informações fornecidas em ajustar as expectativas de mercado e demonstrações econômico-financeiras condizentes com a realidade, são considerados

elementos de “boas informações”, que indicam riqueza de informações. O interessante a se observar nos aspectos mencionados pelos analistas para qualificar como “boa” uma informação ou para qualificar a “riqueza” de informações, é que apenas um elemento mencionado está relacionado a um atributo de qualidade de informação constante do *framework* da estrutura conceitual que trata da qualidade da informação contábil-financeira. Esse é o que considera “demonstrações econômico-financeiras condizentes com a realidade” como boas informações o que na estrutura conceitual, seria equivalente ao atributo “representação fidedigna” considerada como uma das características de qualidade mais críticas segundo a Estrutura Conceitual da Contabilidade. Por outro lado, entre as informações que julgam mais ricas, foram mencionadas: Risco, Fatores de Risco, Fatores de Mercado e Análise de Ambiente Competitivo; nenhuma delas consta das informações obrigatórias a serem publicadas. A confiabilidade e a credibilidade das informações divulgadas pelas empresas são fatores que os analistas consideram relevantes para julgar a qualidade das informações contábil-financeiras, embora o atributo confiança seja explicado como algo que se constrói ao longo do tempo com base no histórico das divulgações feitas pela empresa, checando a validade das indicações dadas, das sinalizações passadas pelas empresas ao mercado, ou seja, ao longo do tempo. Por isso quando recebem a informação, os entrevistados adotam a atitude de “pagar prá ver”, especialmente no caso de setores de atividades que, segundo eles, permitem um maior grau de flexibilidade contábil como o da incorporação imobiliária. Tal aspecto é corroborado pela literatura contábil quando se refere ao valor confirmatório das expectativas de mercado que as Demonstrações Contábeis possuem. Outros parâmetros utilizados pelos analistas para julgar a qualidade da informação divulgada diz respeito ao grau de detalhamento, ou o grau de abertura e à consistência das informações divulgadas, que permite a comparação entre um período e outro para acompanhar a evolução da imagem da empresa e/ou a sua taxa de crescimento. Observa-se que a consistência aparece não somente como um aspecto de qualidade da informação percebida pelos analistas, mas também as conseqüências advindas da inconsistência das informações divulgadas, na forma de reclassificações recorrentes feitas pelas empresas, bem como a ausência de padrões para a divulgação anual e o excesso de detalhe, a falta de objetividade, especialmente em relação à visão da administração quanto às informações divulgadas e também a falta de evidenciação dos fundamentos que sustentam as projeções feitas pela organização ao mercado que gera desconfiança nos investidores, levando-os a buscar a validação das informações divulgadas para se certificarem de sua fidedignidade. Observa-se que a concretização das indicações fornecidas pelas empresas ao longo do tempo em suas divulgações anteriores é um fator de confiança nas informações divulgadas e que essa relação de confiança irá determinar quão profundamente o

investidor sentirá necessidade de validar, comprovar a veracidade daquela informação. Os analistas ainda comentam que, no caso de setores e atividades onde não seja possível verificar, confirmar ou validar tais informações, tal como ocorre em setores mais simples como o setor de consumo, em alguns casos a confiança nas informações divulgadas acaba sendo “uma questão de fé” conforme mencionado pelo entrevistado 2. O histórico do gestor e a credibilidade da pessoa do gestor, também parecem ter um peso grande na confiança das informações divulgadas segundo os entrevistados. Em algumas situações, os analistas ainda visitam a empresa, para se cercarem de mais informações para obter maior confiança sobre as informações divulgadas e, em outras, adotam como prática somente recomendar negócios que considerem óbvios.

Em relação aos aspectos aqui denominados de fatores de desconfiança nas informações, o analista 5 mencionou que alguns erros graves no Balanço de determinada empresa, que inclusive gerou processo junto a CVM, somente foram descobertos por eles ao comparar informações divulgadas pela referida empresa com informações de outra empresa do mesmo setor por observarem que algumas margens estavam muito altas em relação ao concorrente considerado especialista no setor de atuação. Os entrevistados 5 e 7 comentaram ainda que o fato de a informação ter sido auditada não é garantia de não ocorrência de erros considerando os casos dos problemas das empresas já mencionadas que haviam sido auditadas por empresas conceituadas e cujas demonstrações já haviam inclusive passado pelo crivo da CVM. Segundo os analistas a auditoria, em tese, é apenas uma barreira a mais para a não ocorrência de erros, “os absurdos serão menores”, porém não garante que os erros, intencionais ou não, ocorram. Outros aspectos apontados para a ocorrência de erros e, portanto, fator de desconfiança das informações divulgadas, são a falta de conhecimento dos contadores e, por conseguinte, dos auditores, em relação ao funcionamento e especificidades de determinadas atividades, o que acaba levando a erros não intencionais quando da realização das auditorias, e o conhecimento dos próprios empresários em relação ao seu negócio e as diferentes possibilidades que possuem para burlar as regras contábeis e legais. O estudo procurou investigar também atitudes dos analistas quando não confiam nas informações prestadas e divulgadas pelas empresas. Alguns dizem que, nesta situação, buscam usar do maior conservadorismo possível recomendando compra caso a ação esteja muito barata. Assumindo que eventualmente as empresas possam estar “mentindo” em relação às informações que divulgam buscam então equilíbrio entre eventuais perdas e ganhos. O erro a que o analista 8 se refere está relacionado à possibilidade de considerar, em suas projeções e conseqüentes recomendações, informações divulgadas pela empresa que eventualmente acabem não se concretizando ou mesmo erros intencionais ou não verificados posteriormente nas informações anteriormente divulgadas e que tenham servido de

base para as análises realizadas e projeções feitas pelos analistas.

Infere-se, portanto, que importantes atributos de qualidade da informação componentes das Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira-Util, não estão sendo percebidos pelos analistas do mercado de capitais, tais como: confiabilidade (da antiga estrutura conceitual) e representação fidedigna (da atual estrutura conceitual), sobretudo quando mencionam a necessidade de busca da validação das informações divulgadas para se certificarem de sua fidedignidade. Como mencionado pelo analista 2, esse

[...] é um trabalho mais comum de ser feito pelo investidor institucional e exige um maior nível de profundidade em relação às informações que recebem. É por isso um trabalho normalmente mediado por uma corretora ou empresa de consultoria financeira que viabiliza reuniões presenciais para o contato direto, colocando os investidores frente a frente com agentes inseridos e ligados à cadeia da empresa que prestou as informações que necessitam ser validadas, para que possam dialogar com quem atende aquele negócio. (02)

Embora o contato seja mediado pela corretora ou empresa de consultoria que se encarregam então de prover o acesso a esse tipo de informações para os investidores, o analista 2 lembra que ainda que possam fazer uma avaliação superficial das informações não são eles que dirão se a informação fornecida pela companhia é boa ou ruim, se é verdadeira ou não, porque “na realidade, quem faz a validação final é o próprio investidor”. O analista lembra ainda que esse trabalho mais profissional de validação de informação não é demandado pelo investidor pessoa física considerando que este, pela falta de tempo e por não ter dedicação exclusiva à atividade de investimentos, não costuma chegar nesse grau de profundidade em relação às informações divulgadas pelas empresas, utilizando, portanto, as informações gerais disponibilizadas pelas empresas. Assim, de acordo com o entrevistado 2, a responsabilidade da companhia com o investidor de varejo é maior “Porque ele vai acreditar mais cegamente naquilo que a empresa fala.” Diferentemente do investidor institucional, o grande investidor que, por estar envolvido integralmente e ser pago para desenvolver a atividade, terá um nível de profundidade maior e maior interesse em validar as informações, cavando, pesquisando, entendendo e comprovando as informações. No tocante ao grau de importância das informações contábil-financeiras para a atividade, os analistas mencionaram o Balanço como referencial visto que é com base nessas informações que ele constrói o seu modelo de avaliação e depois com os resultados periódicos divulgados consegue ajustar e atualizar o modelo de avaliação da empresa, realinhando a projeção do ano e alinhando as projeções dos anos seguintes. Alertam, no entanto, para o fato de que, por si mesmas, tais informações não resolvem porque, segundo eles, tais informações mostram o passado, mostram como foi; e para a atividade de análise não

basta que a empresa mostre um bom resultado. O analista quer entender se a empresa continuará tendo bons resultados e por isso precisa complementar as informações contábil-financeiras com informações sobre estratégia, com o entendimento do mercado e ainda validar as premissas. Assim, em relação às Notas Explicativas, a demonstração mais citada, os entrevistados, mencionaram utilizá-la, sobretudo para atualização, detalhes sobre custo da dívida, da abertura de contas ou detalhamento da receita. Outros mencionaram ainda buscar nessa demonstração informações sobre Imobilizado, Intangível, Financiamentos e também os detalhes e explicações sobre grandes Provisões. O analista 4 mencionou ainda que um grande problema em termos de informações que buscam nas Notas Explicativas está relacionado a informações sobre dívidas conversíveis ou instrumentos que sejam mistos de *equity* e de dívida, cujos detalhamentos seriam importantes e acabam não sendo divulgados por não haver exigência legal para a sua divulgação. Exemplificou com a falta de divulgação de informações detalhadas sobre os custos dos empréstimos e financiamentos, visto que a exigência legal somente determina a divulgação das referidas informações, o prazo, o custo médio, mas não o detalhamento linha a linha como os analistas necessitariam para as suas análises. Comentou também que informações sobre amortização, pagamento de dívidas e dos juros são ainda mais difíceis de serem capturadas nas demonstrações de empresas que possuem muita sazonalidade, ainda que algumas dessas informações sejam parcialmente divulgadas na Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Assim, detalhes da forma de amortização das dívidas e das taxas de juros e ainda sobre a frequência dos pagamentos de juros não são ainda divulgados por não haver exigência legal para a sua divulgação. Sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), grande parte dos entrevistados menciona fazer uso dessa demonstração para buscar informações sobre Depreciação, Amortização, parte de financiamento, fluxo de Financiamentos e Investimentos. O analista 7 disse usar essa demonstração somente para “pegar depreciação pra cálculo de EBITDA” uma vez que, segundo o entrevistado, essa demonstração acaba sendo consequência dos demais relatórios. O analista ainda menciona que o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (EBITDA)*, que em português significa "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização", “é uma coisa que o analista olha muito” por ser “uma medida fácil” de pegar a expectativa de fluxo de caixa. Lembra ainda que essa medida, por não ser um padrão do IFRS, acaba não sendo calculada obrigatoriamente pelas empresas, ficando o cálculo a cargo do analista. Quanto ao ITR (Relatório de Informações Trimestrais) muitos mencionam utilizá-lo somente para atualização dos dados, depois de já estarem acompanhando a empresa e também para analisar as Notas Explicativas. A Demonstração do Resultado Abrangente foi mencionada apenas pelo entrevistado 5 dizendo “às vezes vejo alguma coisa”.

Em relação ao Relatório da Administração o analista 5 disse ver “de vez em quando” e o analista 7 mencionou utilizar esse relatório para “ver a visão da administração da companhia sobre a *performance*, porque o resultado foi bom, ruim”. Apesar de ter mencionado que lê bastante a parte do texto desse relatório, o analista também destacou que “quando algum número chama atenção, aí a gente lê”. A Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é utilizada para buscar informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio, informou o entrevistado 7. Tais evidências condizem com os resultados já apresentados no tópico que trata do uso das Demonstrações e relatórios contábil-financeiros. É, portanto, uma forma de triangulação de dados. Entre as informações que os analistas mencionaram utilizar para o desenvolvimento de suas atividades de análise, foram citadas as seguintes: Receita (Vendas, Faturamento), EBITDA (Margem EBITDA), Lucro (Resultado Final), Projeções de outros analistas, Notas sobre dívidas, Notas de agências de *rating*, Cotações, Margens (Bruta, Operacional, Líquida), Prazos médios (pagamento, recebimentos), Ciclo de caixa, Nível de endividamento, Endividamento líquido sobre o Patrimônio Líquido (PL), Endividamento sobre o EBITDA, Retorno sobre o Patrimônio Líquido, ROIC – Retorno sobre o capital investido, Múltiplos (Preço/Lucro, Preço/Valor Patrimonial), *Dividend Yields* (Retorno de dividendos), Custo, e Resultado Financeiro.

Quando se referem às informações julgadas relevantes para a sua atividade de análise, observa-se que há os que, como o entrevistado 6, dizem que “todas são relevantes”, “tudo é importante” afirmando que “o conjunto é importante prá todo mundo” e que “toda a informação é importante” em razão da ramificação do mercado financeiro por entender que o que não é importante prá um pode ser para outro e por isso é “importante que seja publicado”. No entanto, esse mesmo analista mencionou informações como montante de caixa, dívida de curto prazo, dívida de longo prazo, dívida líquida, relação da dívida líquida e EBITDA. Outros analistas, além de novamente mencionarem as Demonstrações Contábeis como um todo e grupos de contas do Balanço como Ativo e Passivo, citaram também vendas, margens e despesas. Outros ainda mencionaram informações financeiras, informações sobre estratégia, sobre expectativas de mercado. Foram mencionadas ainda informações sobre o setor, condições de regulação, condições de demanda no mercado, crescimento de vendas, cenário macro econômico e cenário setorial para só então olhar a empresa. O entrevistado 2 destaca a importância e relevância da informação sobre estratégia, ao argumentar que o analista procura casar os resultados da empresa com a estratégia adotada. Por essa razão questiona se

Essa estratégia faz sentido, é racional do ponto de vista da dinâmica setorial que a gente enxerga? Ou dos fundamentos macro econômicos? É uma

estratégia que tende a gerar resultados no longo prazo? Ou não, é uma coisa que deu certo nesse trimestre, mas no próximo o mercado já está todo diferente? Se ele continuar com essa estratégia ele vai quebrar a empresa? (02)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho baseou-se na hipótese de que o sistema de informação contábil embute conflitos de interesses entre produtor, auditor e usuário da informação e não atende às necessidades de informação dos potenciais usuários tomadores de decisão, em função da flexibilidade das normas que o sustentam. Os resultados obtidos permitiram identificar elementos concretos que comprovam tais conflitos e os impactos negativos deste conflito, principalmente para o pequeno investidor e, com isso, apontar caminhos que possibilitem tornar o sistema mais democrático e eficiente para atender às demandas dos potenciais usuários. O estudo mostrou também a pertinência de se adotarem modelos próprios de estudo de usuários da Ciência da Informação para identificar questões relativas à qualidade da informação contábil na perspectiva dos usuários externos porque essa perspectiva os tornam protagonistas do processo de desenvolvimento de um sistema de informação mais democrático e transparente. Os dados comprovaram a inadequação da informação contábil tanto sob a perspectiva legal, decorrente das possibilidades de manipulação dos dados publicados pela empresa, quanto sob a perspectiva informacional, por não incluir na sua concepção as necessidades do potencial usuário, seja do ponto de vista da forma ou do conteúdo. Sugere-se a adoção do modelo de estudo de usuário, baseado nos princípios teórico-metodológicos da Ciência da Informação, para futuros trabalhos de investigação das demandas dos diferentes públicos da informação contábil. O estudo possibilitou, através do estudo de usuários potenciais, apontar os atuais problemas de assimetria de informações no cotidiano das atividades de analistas, o que poderá contribuir para minimizar conflitos de interesses futuros, caso as Ciências Contábeis, enquanto área de conhecimento passe a recomendar a adoção de procedimentos de correção apontados neste estudo como princípio para tornar o sistema de informação contábil base de um eficaz sistema de governança. No tocante à identificação e caracterização dos diferentes contextos de uso da informação contábil, embora o presente estudo tenha focado apenas o uso da informação contábil por um dos grupos de usuários, entre outros potenciais interessados, foi possível detalhar situações específicas de uso e entende-se que os resultados obtidos na pesquisa permitiram a compreensão do comportamento informacional dos analistas e profissionais de investimento do mercado de capitais a partir do seu contexto de uso e este estudo poderá ser replicado para outros grupos de usuários da informação contábil. Quanto à identificação das dimensões (em termos de forma e conteúdo) consideradas de qualidade da informação na

perspectiva do usuário das Demonstrações Contábeis, os resultados permitiram identificar que, para o grupo de usuários que constituiu o universo da pesquisa, o atributo “Confiabilidade” é o mais crítico quando avaliam a qualidade das informações contábeis. Esse atributo presente na Estrutura Conceitual (CFC 1.121/08), vigente até 2010, foi o elemento de qualidade da informação contábil mais citado pelos analistas entrevistados. Ainda que não tenham se referido a essa característica como um atributo relacionado na Estrutura Conceitual, ao comentar sobre os parâmetros utilizados para julgar a qualidade da informação divulgada pelas empresas, os entrevistados mencionaram, em diversas situações, o termo “Confiabilidade” ou termos correspondentes como, “Confiança”, “Desconfiança”, “Confia”. Além da menção aos termos citados, o fator crítico da “Confiabilidade” das informações contábeis divulgadas esteve presente nas entrevistas de forma contundente. Os resultados evidenciam a predominância da falta de confiança nas informações divulgadas pelas empresas por parte dos analistas e investidores, uma vez que, além das confirmações das informações por meio de contatos diretos com a própria empresa, buscaram validar as informações por diferentes meios e formas, desde visitas técnicas, visitas a campo para checar *in loco* o funcionamento e operações da empresa e verificar se as informações que a empresa divulga condizem com a sua real situação. Os entrevistados também revelaram que procuram validar, com estudos mais aprofundados, as informações provenientes de diferentes elos pertencentes à cadeia produtiva da empresa ou do setor tais como, fornecedores, terceirizados, ex-funcionários, prestadores de serviços, e outros que possuam algum tipo de ligação ou negócio com a empresa, para que confirmem informações divulgadas.

Sob a perspectiva das Ciências Contábeis, o estudo sugere procedimentos complementares que permitam racionalizar ou otimizar o processo de decisão, minimizando situações baseadas em percepções subjetivas do analista. Embora seja impossível extrair totalmente a subjetividade inerente ao processo decisório, cabe à área estudar formas de assegurar melhores condições para a tomada de decisão dos analistas e potenciais investidores para evitar que o resultado negativo da decisão recaia sempre sobre o elo mais fraco. A institucionalização das Ciências Contábeis, enquanto área de conhecimento, se dá não apenas pela produção de conhecimentos na academia, mas também pela adoção de práticas decorrentes de reflexões sobre o conhecimento gerado pela pesquisa nos âmbitos de atuação profissional. Assim, cabe à academia contribuir para que resultados de pesquisa possam ser úteis para projetos de intervenção que visem à melhoria do funcionamento das instituições ou das decisões de profissionais que atuam na área.

O estudo, realizado segundo os pressupostos teóricos-metodológicos da Ciência da

Informação, mostra ainda que as informações contábeis divulgadas ao mercado, a despeito de normas, princípios e padrões contábeis, exigências legais e normativas e ainda da existência de um *framework* denominado Estrutura Conceitual que prevê atributos de qualidade da informação contidos nas denominadas Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil que norteia a produção e divulgação de informações contábeis aos diferentes usuários, atendem os aspectos legais que determinam normas para publicação, mas não incorporam a qualidade que as normas, princípios e padrões estabelecem, falhando inclusive na sua característica de qualidade fundamental, a Representação Fidedigna, anteriormente denominada Confiabilidade.

Conclui-se, portanto que, com base nos pressupostos da Ciência da Informação, as informações contábeis divulgadas ao mercado não atendem às demandas e necessidades de informações dos usuários, carecendo ser revistas e melhoradas para melhor atender a seus usuários e de forma efetiva. Acreditamos que tais resultados possam ser úteis para os órgãos normatizadores avaliarem se o problema da não adoção dos princípios de qualidade previstos na estrutura conceitual se devem à não compreensão por parte das empresas, situação em que cabem programas de esclarecimento e capacitação dos que elaboram as demonstrações contábeis. No entanto, caso seja um problema baseado na intenção de omitir ou dificultar a compreensão da realidade da empresa, convém criar mecanismos mais rígidos de controle e avaliação da adoção dos princípios na publicação das demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. D. G. **A mediação da informação contábil sob a ótica da ciência da informação**. 2007. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: < <http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf> > Acesso em: 25 abr. 2011.

BRASIL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC. Pronunciamento conceitual básico. **Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Correlação às normas internacionais de contabilidade – estrutura para a preparação e a apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf> Acesso em: 04 jul. 2011.

_____. Comissão de Valores Mobiliários, CVM. **Deliberação nº 29 de 5 de fevereiro de 1986**. Aprova e referenda o pronunciamento do Ibracon sobre a estrutura conceitual básica da contabilidade. DOU, DF, 13 fev. 1986.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação nº 539, de 14 de março de 2008.** Aprova o pronunciamento conceitual básico do CPC que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. DOU, DF, 14 mar. 2008.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação 29 de 05 de fevereiro de 1986.** Aprova e referenda o pronunciamento do Ibracon sobre o *framework* básico da Contabilidade. 1986. Disponível em:
<www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deli/anexos/.../deli029.doc> Acesso em: 17 nov. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC. **Pronunciamento conceitual básico (R1).** Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – *The Conceptual Framework for Financial Reporting (IASB – BV 2011 Blue Book)*. Disponível em:
<http://www.cpc.org.br/pdf/cpc00_r1.pdf> Acesso em: 29 jan. 2012

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. CFC. Aprova a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. **Resolução CFC n. 1.121/08.** Disponível em:
<www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1121.doc>. Acesso em 27 jul.2011.

_____. **Resolução nº 1.374 de 08 de dezembro de 2011.** Dá nova redação à NBC TG Estrutura conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Disponível em: <<http://www.cfc.org>> Acesso em: 12 jan. 2012.

ECONOMÁTICA. Disponível em: <<https://www.economica.com/PT/>> Acesso em: 17 nov.2013.

FUJINO, A. **Serviços de informação tecnológica para empresas industriais:** subsídio para planejamento a partir de estudo de usuários. 1993. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade.** Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente da. 5ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON. Estrutura conceitual básica da Contabilidade. In: **Princípios contábeis.** 2ed. São Paulo: Atlas, 1992

INTERNATIONAL ACIÊNCIAS CONTÁBEIS/OUNTING STANDARDS BOARD. IASB. **Framework for the preparation and presentation of financial statements.** London: Iasb, 2010. Disponível em: <http://www.ifrs.org/News/Press-Releases/Documents/ConceptualFW2010vb.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade.** 8ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista de Contabilidade e Finanças USP**, n. 38, p. 7-19, mai./ago. 2005.

LEHAVY, R.; LI, F.; MERKLEY, K. The effect of annual report readability on analyst following and the properties of their earnings forecasts. **The Accounting Review**, v. 86, n. 3. 2011, p. 1087-1115. Disponível em: <<http://webuser.bus.umich.edu/rlehavy/LLM.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

LOPES, A. B. **A informação contábil e o mercado de capitais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MOREIRA, R. de L.; COLAUTO, R. D. Conservadorismo condicional: estudo a partir do reconhecimento antecipado de perdas econômicas no resultado. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 157-187, out./dez. 2010.

NAKAGAWA, M.; RELVAS, T. R. S.; DIAS FILHO, J. M. *Accountability*: a razão de ser da contabilidade. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 1, n. 3, art. 5, p. 83-100, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.repec.org.br>> Acesso em: 09 jun.11.

ODA, P. **Transações com partes relacionadas, governança corporativa e desempenho: um estudo com dados em painel**. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVEIRA, A. D. M. da. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. 2002. 165f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.

SMIT, J. W. Arquivologia/biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 2, jul./dez. 2003.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. de A. **Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional**. In: VALENTIN, M. L. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.

YAMAMOTO, M. M. **Teoria da divulgação aplicada ao mercado de capitais brasileiro sob a perspectiva da governança corporativa**. 2005. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

_____.; SALOTTI, B. M. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.